

Plano Nacional de Desenvolvimento Desportivo







ÍNDICE

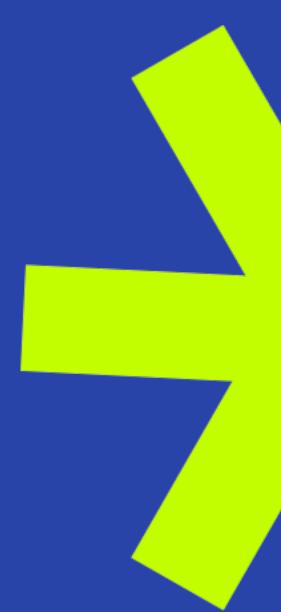
- 1. Enquadramento
- 2. Visão Estratégica
- 3. Medidas
- 4. Modelo de Governação





1.

Enquadramento







Enquadramento

O **Desporto é reconhecido como uma das maiores forças transformadoras da sociedade**, capaz de reforçar a saúde pública, de fortalecer a coesão social, de educar para valores como o respeito e a igualdade, e de contribuir para o desenvolvimento económico.

A prática regular de Desporto é, nesse sentido, uma das formas mais eficazes de promoção de uma vida saudável. Segundo a Organização Mundial da Saúde (OMS), a prática de Atividade Física ajuda a prevenir diversos problemas de saúde, bem como contribui para melhorar a saúde mental, a qualidade de vida e o bem-estar das pessoas.

Portugal dispõe de um tecido desportivo vivo, assente numa vasta rede de clubes e associações, num movimento federativo sólido e em atletas que projetam o nome do país além-fronteiras. Este património nacional é um ponto de partida valioso para acelerar o desenvolvimento desportivo e reforçar o papel do Desporto como motor de saúde, bem-estar, inclusão e competitividade. No entanto, apesar desta realidade, o setor ainda se encontra aquém de níveis aceitáveis, permanecendo em muitos casos distante dos padrões europeus.

Os números confirmam essa distância. Apesar dos benefícios amplamente comprovados e dos impactos positivos da prática desportiva regular, **Portugal continua a apresentar elevados níveis de inatividade física nos últimos anos**, agravados por desigualdades territoriais, por desigualdades de género e por uma fraca participação de pessoas com deficiência. A esta realidade acresce a elevada incidência e prevalência de excesso de peso e obesidade, e o afastamento face à média europeia em indicadores de participação desportiva e de investimento público.





De acordo com dados da Comissão Europeia, **73% dos portugueses dizem nunca praticar Desporto**¹, o que coloca Portugal entre os países europeus com maiores níveis de inatividade física – uma realidade que atravessa todas as faixas etárias e que se agrava com a idade. Esta tendência evidencia a urgência de políticas públicas capazes de incentivar a continuidade da prática desportiva ao longo da vida.

Para além da inatividade física generalizada, persistem desigualdades estruturais, já que o mesmo Eurobarómetro mostra que **as diferenças entre homens e mulheres continuam a marcar o panorama desportivo nacional**, com a prática regular feminina inferior à masculina em praticamente todas as idades e particularmente expressiva a partir dos 25 anos. Essas disparidades refletem-se também nas funções técnicas e de liderança, uma vez que, em 2024, **apenas 21% dos Dirigentes Desportivos** e **25% dos Treinadores** inscritos nas federações desportivas eram mulheres².

As desigualdades estendem-se também ao Desporto federado. Em 2024, dos 841.652 praticantes inscritos nas federações desportivas, **67,3% eram homens, face a 32,7% de mulheres**. No caso dos praticantes com deficiência, a diferença era ainda mais acentuada, com **71% de homens e apenas 29% de mulheres**³.

A inclusão de pessoas com deficiência representa outro dos grandes desafios a nível nacional. Apesar do trabalho desenvolvido por várias federações e associações, continuam a existir barreiras físicas, sociais e organizacionais que limitam o acesso ao Desporto. A falta de infraestruturas desportivas adaptadas, de técnicos especializados e de programas consistentes reduz as oportunidades de participação plena, o que torna ainda mais urgente a criação de condições de acessibilidade, o reforço do apoio a projetos inclusivos e a valorização do papel das organizações que promovem o Desporto adaptado, de forma a garantir que o Desporto é verdadeiramente de todos e para todos.





Se garantir a acessibilidade é uma condição necessária, assegurar a formação desportiva de base para pessoas com deficiência é um passo essencial para a construção de percursos consistentes e duradouros. Em 2024, **apenas 98 dos 4.960 praticantes com deficiência inscritos em federações desportivas pertenciam ao escalão de formação** (até Juniores), o que representa cerca de 2%⁴.

Ainda assim, apesar dos desequilíbrios, o Alto Rendimento tem vindo a revelar sinais encorajadores, já que, em 2024, Portugal registou, pela primeira vez, nos Jogos Olímpicos, uma participação feminina superior à masculina.

Paralelamente, os resultados desportivos têm acompanhado esta tendência de crescimento, com Portugal a apresentar, entre 2000 e 2024, uma **evolução média positiva de cerca de 14% por ciclo olímpico**, no número de medalhas e diplomas conquistados⁵. No entanto, **o mesmo não se verificou nos Jogos Paralímpicos, que registaram um decréscimo médio de 4%** por ciclo⁶. Este contraste sublinha a necessidade de reforçar o investimento na formação, assegurar melhores condições de transição de carreira e promover um maior equilíbrio entre atletas olímpicos, paralímpicos e surdolímpicos.

A estes desafios soma-se ainda a questão da saúde pública, uma vez que, para além da inatividade física associada à reduzida prática desportiva regular, colocam-se também problemas como o excesso de peso e obesidade, cuja prevalência se mantém elevada em Portugal. Segundo o Instituto Nacional de Estatística (INE), em 2022, 37,3% da população adulta vivia com excesso de peso e 15,9% com obesidade⁷. A situação é igualmente preocupante nas crianças entre os 6 e os 8 anos, das quais 31,9% têm excesso de peso e 13,5% já vivem com obesidade⁸ – um problema de saúde pública que tende a prolongar-se ao longo da vida se não for prevenido ou tratado precocemente, tornando essencial uma intervenção atempada para reduzir riscos e assegurar um desenvolvimento saudável.

⁴ Instituto Português do Desporto e Juventude. 2025. Estatísticas do Desporto: Contribuir para o conhecimento do sistema desportivo: ⁵ Comité Olimpico de Portugal. 2025. Resultados em Jogos Olimpicos: ⁶ Comité Paralimpico de Portugal. 2025. Histórico das participações portuguesas nos Jogos Paralimpicos; ⁷Instituto Nacional de Estatística. 2025. Estatísticas da Saúde; ⁸ Instituto Nacional de Saúde Doutor Ricardo Jorge, I. P. 2023. Childhood Obesity Surveillance Initiative: COSI Portugal 2022. Lisboa.





Numa outra dimensão, **Portugal encontra-se igualmente abaixo da média europeia no que respeita ao financiamento do setor**. Segundo o Eurostat, a despesa pública com Desporto e atividades recreativas **corresponde apenas a 0,3% do PIB, face a 0,4% da média na União Europeia**⁹. Este quadro reforça a necessidade de convergir com os padrões europeus, garantindo ao setor do Desporto os recursos necessários para responder ao seu verdadeiro potencial.

Neste contexto, torna-se evidente que a inatividade física não é apenas um problema desportivo: é também um problema de saúde pública, de inclusão social e de qualidade de vida, responsável por doenças crónicas evitáveis, que reduz a produtividade e aumenta os custos com a saúde.

Mas os desafios não se esgotam na prática em si. Portugal enfrenta fragilidades mais amplas, que atravessam áreas estruturantes da sociedade, tais como a ligação entre Desporto e Educação, a formação desportiva e o alto rendimento, o impacto nas comunidades, a adequação e modernização das infraestruturas, bem como a sustentabilidade das políticas públicas, da governação e dos mecanismos de financiamento.

O Desporto é uma escola de valores, promove a igualdade de oportunidades, contribui para a coesão territorial e social, fortalece a identidade nacional e projeta Portugal no mundo. É também um motor económico, com criação de valor em múltiplos setores, como o turismo, a indústria ou inovação tecnológica, com impacto direto na empregabilidade.

Portugal tem hoje uma oportunidade decisiva para transformar o Desporto num motor de saúde, inclusão e competitividade, razão pela qual o Governo assumiu o Desporto como prioridade estratégica.





Nesse sentido, e em linha com o Programa do XXV Governo Constitucional, o Plano Nacional de Desenvolvimento Desportivo (PNDD) é uma resposta estruturada para, até 2036, transformar o panorama desportivo nacional.

Assente numa estratégia ambiciosa e inclusiva, visa promover a prática desportiva em todas as idades e contextos, e garantir, a longo prazo, o acesso equitativo de todos os cidadãos aos benefícios da atividade física e desportiva.

A sua construção teve por base um processo colaborativo, liderado pelo Governo através do Instituto Português do Desporto e Juventude (IPDJ), que envolveu mais de 120 entidades do ecossistema desportivo em Portugal, incluindo os Governos Regionais dos Açores e da Madeira, o Comité Olímpico de Portugal (COP), o Comité Paralímpico de Portugal (CPP), a Confederação do Desporto de Portugal (CDP), a Fundação do Desporto, Federações, Associações Profissionais, Clubes e vários gabinetes ministeriais.

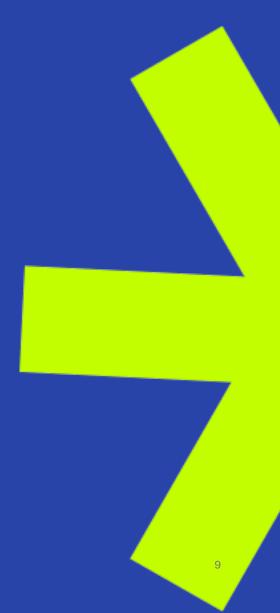
"Desporto de Todos e para Todos" é, assim, um compromisso concreto com um futuro onde o Desporto é parte integrante do quotidiano, contribui para uma sociedade mais saudável e inclusiva, reforça a coesão social, valoriza a igualdade e projeta Portugal no panorama internacional. A missão é garantir que o Desporto é um direito efetivo de todos, promovendo estilos de vida saudáveis.

O propósito é aproximar Portugal das médias europeias de participação desportiva e investimento, reduzir desigualdades, combater o sedentarismo e colocar o Desporto no centro de uma sociedade mais ativa, saudável e inclusiva.





2.Visão Estratégica







A Visão Estratégica

O Plano Nacional de Desenvolvimento Desportivo define uma visão clara para o Desporto em Portugal até 2036. Sustentada em cinco fundamentos estratégicos, esta visão reflete o papel central que o Desporto assume no futuro do país, contribuindo para a promoção da saúde e do bem-estar, o reforço da coesão social e da igualdade de oportunidades, o desenvolvimento de políticas públicas fundamentadas em dados objetivos, e a afirmação de Portugal como referência internacional pela qualidade, talento e excelência competitiva.

Fundamentos estratégicos da visão para o Desporto em Portugal até 2036:

- Acesso universal e de qualidade: assegurar que todos os portugueses, independentemente da idade, género, condição social ou localização geográfica, têm acesso a uma prática desportiva regular e de qualidade;
- **Promoção de saúde e bem-estar:** valorizar o Desporto como instrumento central de saúde pública, prevenção de doenças e melhoria da qualidade de vida, incentivando hábitos ativos desde a infância até à idade sénior;
- Sociedade ativa e inclusiva: criar uma cultura desportiva que una comunidades, combata desigualdades e integre pessoas com diferentes capacidades, promovendo a coesão social e estilos de vida saudáveis;
- Transparência e conhecimento: disponibilizar informação atualizada, fiável e acessível sobre a prática, os serviços e as infraestruturas desportivas, de modo a sustentar políticas públicas eficazes e decisões estratégicas de curto, médio e longo prazo;
- **Excelência e projeção internacional:** projetar Portugal como uma referência internacional no Desporto, apoiando o potencial, o alto rendimento e a excelência competitiva, com base no mérito e na exigência.





"Fazer de Portugal uma nação ativa e saudável, onde o Desporto é direito de todos, motor de inclusão e excelência, e marca distintiva da nossa identidade no mundo."





Objetivos Nacionais do Desporto

Com base nesta visão e nos fundamentos que a sustentam, foram definidos os Objetivos Nacionais do Desporto, que orientam a ação do País no setor. Estes objetivos traduzem de forma concreta as prioridades estratégicas para tornar Portugal um país mais ativo, saudável e inclusivo, assegurando o acesso universal à prática desportiva, a valorização do talento, a excelência no alto rendimento e a projeção internacional.

- 1. Diminuir a obesidade infantil Reduzir a incidência e prevalência de obesidade infantil através de políticas públicas integradas, com destaque para o Desporto, promovendo mais e melhor atividade física na escola, garantindo uma monitorização regular, apoiando as famílias e divulgando periodicamente os resultados alcançados;
- 2. Reduzir o sedentarismo Estimular o movimento ao longo do dia para melhorar a saúde e o bem-estar. Através de campanhas nacionais, diminuir o tempo sentado por longos períodos, incentivar pausas ativas e rotinas mais dinâmicas, substituir parte do tempo por atividades leves, consciencializar sobre os riscos do sedentarismo;
- 3. Aumentar a prática desportiva ao longo da vida e em todo o território Tornar o Desporto acessível a todos, desde crianças a idosos, em qualquer região do país. Expandir a oferta de atividades, apoiar a melhoria de instalações e reduzir assimetrias territoriais;
- 4. Reforçar a participação das mulheres no Desporto Promover a participação feminina através de programas de iniciação para raparigas e medidas de incentivo à prática desportiva. Garantir maior presença de mulheres em cargos de liderança, como dirigentes, treinadoras e nas funções de arbitragem ou ajuizamento, fortalecendo a representatividade e o impacto das mulheres em todo o ecossistema desportivo;





- 5. Garantir mais oportunidades para pessoas com deficiência Melhorar as acessibilidades das infraestruturas, aumentar a oferta de atividades desportivas específicas e investir na formação qualificada de profissionais. Reforçar programas de inclusão através do Desporto, estimulando a participação ativa e promovendo uma prática mais inclusiva e diversificada em todo o território:
- 6. Valorizar o Desporto de alto rendimento Afirmar o Desporto de alto rendimento como pilar estratégico para o futuro do país, projetando Portugal no mundo através do prestígio dos atletas. Transformar o seu exemplo em inspiração para todos, promovendo uma cultura desportiva enraizada e assegurando as melhores condições de preparação e apoio a quem, com esforço e dedicação, eleva o nome de Portugal.
- 7. Reforçar o investimento direto no Desporto Aproximar o investimento direto no Desporto e os indicadores de atividade desportiva da população portuguesa da média dos países da União Europeia, consolidando o Desporto enquanto eixo central de desenvolvimento social, económico e de saúde pública.





Indicadores de desempenho

Os objetivos serão monitorizados com metas claras que permitem transformar a ambição em resultados, promovendo uma política desportiva integrada, coerente e mobilizadora para todos os cidadãos.

Indicador	Status	Meta 2028	Ambição 2036
Percentagem de excesso de peso infantil em Portugal ¹	31,9%	27,9%	19%
Percentagem de obesidade infantil em Portugal ²	13,5%	11,2%	6,5%
Número de consultas dos Cuidados de Saúde Primários do SNS com registo ao nível de Atividade Física e comportamentos sedentários dos utentes ³	130 mil	520 mil	1,2 M
Percentagem da população que nunca pratica Desporto ⁴	73%	60%	46%
Percentagem da população que nunca faz atividade física ⁵	72%	58%	45%
Percentagem de alunos com prática regular no Desporto Escolar ⁶	19,3%	31,3%	63,3%
Número de praticantes inscritos nas federações desportivas ⁷	841 mil	950 mil	1350 mil
Número de praticantes, do escalão "Juniores", inscritos nas federações desportivas ⁸	56 mil	64 mil	94 mil

¹ Instituto Nacional de Saúde Doutor Ricardo Jorge, I. P. 2023. <u>Childhood Obesity Surveillance Initiative: COSI Portugal 2022</u>. Lisboa; ² Ibid. ³ Ministério da Saúde. 2023. <u>Programa Nacional para a promoção da atividade física 2023</u>; ⁴ European Commission. 2022. <u>Special Eurobarometer 525</u>: <u>Sport and Physical Activity</u>. Luxembourg: Publications Office of the European Union; ⁵ Ibid. ⁶ Ministério da Educação, Ciência e Inovação (MECI). 2025. <u>Dados Desporto Escolar 21/25</u>. Aguarda publicação; ⁷ Instituto Português do Desporto e Juventude. 2025. <u>Estatísticas do Desporto: Contribuir para o conhecimento do sistema desportivo</u>; ⁸ Ibid.





Indicadores de desempenho

Indicador	Status	Meta 2028	Ambição 2036
Diferença na taxa de atividade física entre homens e mulheres ⁹	5,0%	4,5%	2,0%
Percentagem de mulheres que nunca ou raramente pratica Desporto ¹⁰	80%	65%	49%
Número de praticantes mulheres inscritas nas federações desportivas ¹¹	275 mil	330 mil	567 mil
Número de praticantes com deficiência inscritos nas federações desportivas ¹²	4960	5952	10226
Percentagem de mulheres com deficiência inscritas nas federações desportivas ¹³	29%	32%	40%
Percentagem de jovens (<18 anos) com deficiência inscritos nas federações desportivas ¹⁴	2%	5%	17%
Número de Atletas com estatuto de alto rendimento ¹⁵	921	940	1101
Percentagem de mulheres com estatuto de alto rendimento ¹⁶	41%	44%	50%
Número de medalhas Jogos Olímpicos, Paralímpicos e Surdolímpicos, e Jogos Mundiais ¹⁷	24	+15%	+50%





Pilares estratégicos

Para transformar os objetivos nacionais do Desporto em ações concretas, o Plano Nacional de Desenvolvimento Desportivo assenta em seis pilares estratégicos. Estes pilares representam as áreas prioritárias de atuação que vão orientar a definição de políticas públicas e de medidas específicas, garantindo coerência, eficácia e impacto. Funcionam como eixos estruturantes que asseguram a passagem da visão à prática, mobilizando recursos, parcerias e iniciativas que, em conjunto, permitirão consolidar um sistema desportivo mais forte, inclusivo e sustentável.

1	Desporto no Contexto Educativo
Y 2	Desporto na Sociedade
4 3	Desporto na Formação e Alto Rendimento
¥ 4	Instalações Desportivas
* 5	Políticas de Governança do Desporto
* 6	Financiamento do Desporto





Pilares estratégicos



Desporto no Contexto Educativo

Consolidação do papel do Desporto no contexto educativo, através do reforço da Educação Física desde o pré-escolar até ao Ensino Secundário, do fortalecimento do Desporto na Escola (DE) e da integração de estruturas desportivas no Ensino Superior, promovendo hábitos ativos desde a infância até à vida académica.



Desporto na Sociedade

Promoção da atividade desportiva em todas as fases da vida e para todos os segmentos da população, destacando o Desporto como prática inclusiva e acessível. Este pilar valoriza a integridade e a inclusão, integrando ações de sensibilização contra a manipulação, o *doping* e a violência no Desporto.



Desporto na Formação e Alto Rendimento

Expansão e qualificação da formação desportiva em Portugal, garantindo condições e enquadramento adequado para todos os praticantes e para a preparação dos atletas do alto rendimento. Inclui ainda a melhoria das carreiras desportivas e a criação de mecanismos de apoio e incentivo a oportunidades pós-carreira.





Pilares estratégicos



Instalações Desportivas

Desenvolvimento e modernização da rede de infraestruturas desportivas, através da implementação da Carta Desportiva Nacional e da melhoria do acesso à informação fiável para a sua utilização. Este pilar abrange tanto a reabilitação e otimização dos equipamentos existentes como a construção de novas instalações adaptadas às necessidades atuais.



Políticas de Governança do Desporto

Reforço do sistema de gestão desportiva em Portugal, envolvendo as diversas entidades nacionais ligadas ao setor. Este pilar promove uma governação partilhada entre setor público, setor privado e sociedade civil, assegurando maior coordenação, transparência e eficácia no desenvolvimento desportivo.



Financiamento do Desporto

Melhoria do acesso e da diversificação de fontes de financiamento para o Desporto, através da redefinição do modelo nacional, da captação de investimento e da promoção de incentivos fiscais. A prioridade recai sobre o reforço das bases locais e federativas, garantindo sustentabilidade e crescimento em todas as dimensões e contextos do sistema desportivo.





3. Medidas







Medidas por Pilar Estratégico

De forma a operacionalizar os pilares estratégicos do Plano Nacional de Desenvolvimento Desportivo, foi definido um conjunto de medidas concretas por pilar, que traduzem as orientações em ações práticas, permitindo transformar a visão e os objetivos nacionais em resultados tangíveis.

	Total de Medidas	Medidas-chave
Pilar 1 Desporto no Contexto	11	Criar um Programa Nacional de Formação Contínua de Educadores de Infância para o domínio da Educação Física Tornar obrigatória a avaliação da aptidão física anualmente
Educativo		Implementar o Programa UAARE Superior
Pilar 2 Desporto na Sociedade	10	Garantir que o aconselhamento breve para a atividade física nos cuidados primários, aos utentes dos grupos prioritários, seja considerado no IDE (Índice de Desempenho das Equipas) das USF Criar a Unidade de <i>Business Intelligence</i> (UBI) Apoiar clubes e associações desportivas com projetos de inclusão de pessoas com deficiência na prática desportiva qualificada e na oferta de prática desportiva feminina
Pilar 3 Desporto na Formação e Alto Rendimento	10	Criar um programa de certificação e formação dos Clubes e Associações Desportivas Reforçar Programas de bolsas de preparação para esperanças olímpicas, paralímpicas e surdolímpicas, para o ciclo de Los Angeles 2028 e Surdolímpico 2029 Criar um programa de formação avançada (pós-
		graduações e mestrados) com Instituições de Ensino Superior





Medidas por Pilar Estratégico

Total de Medidas Medidas-chave

	6	Requalificar as Instalações Desportivas no território nacional
Pilar 4 Instalações Desportivas		Requalificar e apetrechar a rede de Centros de Alto Rendimento Desportivo
Desponivas		Construir e apetrechar o Centro de Inovação, Investigação e Desenvolvimento Paralímpico do Comité Paralímpico de Portugal
Pilar 5		Atualizar a Lei de Bases da Atividade Física e do Desporto e rever a legislação estruturante
Políticas e Governança do	ado ⁴	Atualizar a Conta Satélite do Desporto
Desporto		Divulgar a Carta Desportiva Nacional
		Rever o modelo de financiamento do Desporto nacional
Pilar 6 Financiamento do Desporto	3	Aumentar o financiamento para o Programa de Preparação Olímpica, Paralímpica e Surdolímpica
ao 2 coporto		Rever o estatuto dos benefícios fiscais relativos ao Mecenato Desportivo





DESPORTO NO CONTEXTO EDUCATIVO

#	Medida	Início previsto
1	Criar um Programa Nacional de Formação Contínua de Educadores de Infância para o domínio da Educação Física	2º Semestre 2027
2	Equipar as escolas de 1.º ciclo do Ensino Básico com recursos didáticos destinados à lecionação da componente curricular de Educação Física	2º Semestre 2027
3	Implementar um Programa Nacional de Formação Contínua de professores do 1.º ciclo para a componente curricular de Educação Física	2º Semestre 2026
4	Tornar obrigatória a avaliação da aptidão física anualmente	2º Semestre 2026
5	Consolidar o Programa UAARE nos ensinos básico e secundário	2º Semestre 2026
6	Implementar o Programa UAARE Superior	2º Semestre 2026
7	Alargar o catálogo da formação contínua dos professores, de modo a permitir a dupla certificação para treinadores	2º Semestre 2027
8	Implementar um programa de investigação aplicado ao desenvolvimento desportivo	2º Semestre 2026
9	Rever das Atividades Extracurriculares no 1.º Ciclo	2º Semestre 2026
10	Rever o Modelo de oferta desportiva e o Modelo competitivo no Desporto Escolar	2º Semestre 2026
11	Aumentar o número de centros de formação de Desportos náuticos, nas regiões de baixa densidade populacional, valorizando as localidades com planos de água	2º Semestre 2026





DESPORTO NA SOCIEDADE

#	Medida	Início previsto
12	Incentivar a prática de atividade física nas consultas de saúde infantil e juvenil, através de aconselhamento estruturado realizado nos cuidados primários e pediatria	1º Semestre 2027
13	Garantir que o aconselhamento breve para a atividade física nos cuidados primários, aos utentes dos grupos prioritários, seja considerado no IDE (Índice de Desempenho das Equipas) das USF	1º Semestre 2027
14	Reativar a Comissão Intersectorial para a Promoção da Atividade Física, com funções atualizadas centradas na articulação estratégica e monitorização de resultados	1º Semestre 2026
15	Criar a Unidade de <i>Business Intelligence</i> (UBI)	1º Semestre 2026
16	Apoiar clubes e associações desportivas com projetos de inclusão de pessoas com deficiência na prática desportiva qualificada	2º Semestre 2025
17	Apoiar clubes e associações desportivas que visem criar/ aumentar a oferta de prática desportiva feminina	2º Semestre 2025
18	Investir no desenvolvimento de plataformas tecnológicas para incentivar a prática desportiva	2º Semestre 2025
19	Desenvolver os Conselhos Municipais do Desporto	2º Semestre 2026
20	Implementar ações de incentivo à prática de atividade física e ao combate ao comportamento sedentário em contexto laboral	1º Semestre 2026
21	Reforçar o Programa Nacional de Desporto para Todos	2º Semestre 2026





DESPORTO NA FORMAÇÃO E ALTO RENDIMENTO

#	Medida	Início previsto
22	Alargar a utilização das instalações desportivas militares e/ou de forças de segurança a atletas de alto rendimento	2º Semestre 2026
23	Incluir os serviços e carreiras das forças armadas e de segurança nas saídas profissionais dos atletas do alto rendimento	2º Semestre 2026
24	Criar um programa de certificação e formação dos Clubes e Associações Desportivas	2º Semestre 2026
25	Reforçar as equipas multidisciplinares de apoio ao Desporto de alto rendimento	1º Semestre 2026
26	Reforçar os Programas de bolsas de preparação para esperanças olímpicas, paralímpicas e surdolímpicas, para o ciclo de Los Angeles 2028 e Surdolímpico 2029	2º Semestre 2025
27	Rever o Estatuto do Dirigente Desportivo	2º Semestre 2027
28	Reforçar a Formação destinada a Agentes Desportivos	1º Semestre 2026
29	Integrar vias de especialização horizontal no modelo de formação de treinadores	2º Semestre 2026
30	Contratar Profissionais qualificados para as Federações Desportivas, Comité Olímpico e Comité Paralímpico de Portugal	2º Semestre 2025
31	Criar um programa de formação avançada (pós-graduações e mestrados) com Instituições de Ensino Superior	1º Semestre 2026





INSTALAÇÕES DESPORTIVAS

#	Medida	Início previsto
32	Promover a criação/requalificação de espaços recreativos informais	1º Semestre 2027
33	Alterar a legislação com critérios de licenciamento, manutenção e segurança das instalações desportivas	2º Semestre 2026
34	Requalificar as Instalações Desportivas no território nacional	2º Semestre 2026
35	Requalificar e apetrechar a rede de Centros de Alto Rendimento Desportivo	2º Semestre 2025
36	Construir e apetrechar o Centro de Inovação, Investigação e Desenvolvimento Paralímpico do Comité Paralímpico de Portugal	1º Semestre 2026
37	Requalificar o Centro Desportivo Nacional do Jamor	2º Semestre 2026





POLÍTICAS E GOVERNANÇA DO DESPORTO

#	Medida	Início previsto
38	Atualizar a Lei de Bases da Atividade Física e do Desporto e rever a legislação estruturante	2º Semestre 2026
39	Atualizar a Conta Satélite do Desporto	2º Semestre 2026
40	Divulgar a Carta Desportiva Nacional	2º Semestre 2026
41	Criar um modelo de governança multinível para o Desporto	2º Semestre 2026





FINANCIAMENTO DO DESPORTO

#	Medida	Início previsto
42	Rever o modelo de financiamento do Desporto nacional	1º Semestre 2026
43	Aumentar o financiamento para o Programa de Preparação Olímpica, Paralímpica e Surdolímpica	1º Semestre 2026
44	Rever o estatuto dos benefícios fiscais relativos ao Mecenato Desportivo	2º Semestre 2026





4. Modelo de Governação







Modelo de Governação

O modelo de governação do Plano Nacional de Desenvolvimento Desportivo assenta numa lógica integrada e colaborativa, orientada para garantir a execução coerente das medidas e a concretização dos objetivos definidos.

O Plano reconhece que o Desporto atravessa diferentes áreas da sociedade e, por isso, requer uma coordenação transversal entre organismos públicos, parceiros sociais e agentes do setor, de forma a assegurar uma implementação eficaz e eficiente das medidas previstas.

Será igualmente garantida uma monitorização contínua da execução do PNDD, de modo a acompanhar o progresso face às metas estabelecidas, identificar dificuldades e introduzir eventuais adaptações que se venham a revelar necessárias. Esta monitorização tem como objetivo não apenas avaliar a eficácia das medidas adotadas, mas igualmente reforçar a articulação entre todas as entidades envolvidas, promovendo transparência, responsabilização e uma clara orientação para resultados.

Assim, define-se um modelo de governação com dois níveis:

- Uma Comissão interministerial, coordenada pelo membro do Governo responsável pela área do Desporto e composta por um representante de cada uma das áreas governativas relevantes para a execução do PNDD, que assegura, ao nível estratégico, a execução do Plano e atua como instância de resposta coordenada a obstáculos ou constrangimentos que possam surgir no decurso da implementação e das medidas.
- Uma comissão técnica de acompanhamento, coordenada pelo Presidente do Instituto Português do Desporto e Juventude, I. P., que assegura a execução das medidas e a monitorização do cumprimento dos indicadores indicados.





De forma a assegurar uma monitorização cuidada do PNDD, está prevista a elaboração de relatórios intercalares de monitorização da execução das medidas previstas no PNDD a cada seis meses, assim como a entrega de um relatório final depois da cessação do prazo de vigência deste Plano, que serão disponibilizados no website do IPDJ (www.ipdj.pt).

Este modelo de governação constitui, assim, uma arquitetura de coordenação política e acompanhamento técnico, concebida para garantir uma execução eficaz e assegurar o alcance dos objetivos estratégicos do Plano Nacional de Desenvolvimento Desportivo.